

# Apresentação

O presente número da *Revista do Lhiste* - Laboratório de Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - reúne artigos de professores e pesquisadores do campo da História e da Educação, contemplando, em sua maioria, temáticas da interculturalidade e da diversidade, as quais deram identidade à realização da **XXI Jornada de Ensino de História e Educação**, ocorrida em outubro de 2015, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul. A Jornada é um evento anual do Grupo de Trabalho (GT) Ensino de História e Educação ligado à Associação Nacional dos Profissionais de História (ANPUH-RS) e constitui-se num privilegiado fórum de debates acerca de temas candentes e urgentes que envolvem a formação inicial e continuada dos profissionais da História.

O contexto que se inaugura com a promulgação da Lei 10.639/03, em janeiro de 2003, e da Lei 11.645/08, em 2008, inseridas no conjunto das políticas afirmativas de promoção da igualdade racial, é historicamente inovador, pois traz ao embate público, na forma do debate político e da regulação jurídica, as práticas do racismo, do preconceito e da discriminação, tradicionalmente mantidas no plano privado em nosso país.

Reforçamos que a interculturalidade, no caso brasileiro, passa por ações mais intensas no sentido da construção de um contexto de equidade capaz de compor as premissas do reconhecimento do direito do outro no diálogo entre diferentes culturas. A nova pauta pública que queremos viver é justamente a construção da escola como espaço por excelência para experimentações no que diz respeito à convivência plural e às práticas de diálogos interculturais, capaz de fazer sua comunidade refletir sobre seus próprios modos de agir, sentir e pensar, sobretudo reconhecendo indígenas e negros como interlocutores legítimos. O objetivo de tratar da temática da interculturalidade na XXI Jornada de Ensino de História e Educação, num processo de interlocução com intelectuais negros e indígenas, foi o de contribuir nesse processo de reflexão ancorada em alianças no campo da pesquisa e do ensino de História no Rio Grande do Sul.

Segundo Neusa Vaz e Silva,

é necessário que se tome com seriedade as culturas, ou seja, reconhecê-las e respeitá-las em seu direito de ter mundo próprio e principalmente não serem impedidas por coerção em suas possibilidades de desenvolvimento real. Tal direito foi negado

totalmente às culturas originárias das Américas, à época da colonização e ainda hoje em alguns processos “civilizatórios”, não oferecendo condições, ou até mesmo, promovendo a anulação da capacidade para pensar, ver, sentir, organizar e reproduzir o que o povo compreende como seu mundo. Não é oportunizada a possibilidade de que as culturas modelem sua materialidade desde seus próprios valores e metas. E, na verdade, as relações entre as culturas devem processar-se com base na observação prática do direito de cada cultura ser si mesma (SILVA, 2009, p. 44).

Os professores de História, por demandas sociais colocadas na forma da Lei, estão diante de uma nova responsabilidade social: estudar, ensinar e dialogar com as raízes históricas e filosóficas ou ainda com as visões de mundo, originariamente indígenas, hoje expressas como heranças das ancestralidades daqueles que, nesse território, construíram e reconstruíram suas vidas e seus pertencimentos étnicos. Tais narrativas não privilegiam uma única maneira de ser e de estar no mundo, como referência e padrão, mas exploram as diferenças na perspectiva do diálogo e da pluralidade e apontam para a interculturalidade como nova forma de viver as relações sociais. O jeito gaúcho dos professores de História receberem e aplicarem tal legislação, que os convoca especificadamente, em suas ações educativas cotidianas, deve ser compreendido a partir das múltiplas práticas culturais que constituem a diversidade dos povos que convivem entre si e relacionam-se do ponto de vista étnico-racial em nosso estado. Isso implica igualmente discutir o quanto, também do ponto de vista da interlocução, observamos o reconhecimento do indígena e do negro como aqueles que de fato podem e devem elaborar reflexões e ações que tratem do ensino de suas culturas e histórias.

A presente publicação caracteriza-se como **Anais da XXI Jornada de Ensino de História e Educação**, portanto reúne uma série de trabalhos que apresentam relatos e análises de práticas docentes, assim como resultados de pesquisas no campo do Ensino de História. O leitor encontrará aqui uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas, o que traduz a pluralidade de nossos encontros como Grupo de Trabalho. As distintas autorias, com escritas de licenciandos, estudantes de pós-graduação, bolsistas de iniciação à docência, de extensão universitária e de iniciação científica, professores da educação básica e do ensino superior, compõem uma certa polifonia de vozes congregada em torno das especificidades dessas experimentações em diversos espaços educativos do Rio Grande do Sul.

Desejamos uma boa leitura e diálogos profícuos em sua consecução.

Carla Beatriz Meinerz (UFRGS)  
Katani Maria Monteiro Ruffato (UCS)

Coordenação GT Ensino de História e Educação  
2014-2015

### Referências

SILVA, Neusa Vaz e. **Teoria da Cultura de Darcy Ribeiro e a Filosofia Intercultural**. Tese apresentada na Facultad de Postgrados para optar ao grau de Doutor em Filosofia Iberoamericana na Universidad Centro Americana “JOSE SIMEÓN CAÑAS”. San Salvador, El Salvador, 2009.